

VIII Encontro Nacional de Estudos do Consumo
IV Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
II Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo

Comida e alimentação na sociedade contemporânea

9, 10 e 11 de novembro de 2016

Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ

Cozinha e cidade: os processos de reinserção de mulheres cozinheiras da Zona Portuária frente a um novo cenário de políticas públicas e mercado consumidor

Clara Maria Abdo Guimarães¹

Resumo

Este trabalho aborda como um grupo de moradoras da Região Portuária, que trabalha com a culinária, se relaciona com as transformações urbanas, as quais vêm possibilitando novas formas de sustento e, portanto, de comercialização da comida. Além disso, analisa como as políticas sociais e econômicas previstas no projeto Porto Maravilha influenciam nesse processo. A implementação dessas políticas tem início em 2010, juntamente com a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) nos Morros da Providência e do Pinto. A partir disso, cursos profissionalizantes começam a ser oferecidos aos comerciantes e pequenos empresários da região, por uma parceria entre o Sebrae e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (Cdurp). Todas essas ações vêm alicerçadas ao Programa Porto Maravilha Cidadão, criado pela Cdurp, que tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico visando a “requalificação com inclusão e participação social”. É nesse contexto que o grupo de mulheres, atualmente integrantes da Associação Gastronômica Sabores do Porto, são inseridas em novas formas de subsistência por meio, principalmente, de feiras e festivais que passam a acontecer nos espaços públicos daquela área. É interessante pontuar que esse processo demarca não apenas as novas formas de comercializar a comida, mas também, atualiza maneiras de estar e usar esses espaços públicos. Por fim, pretende-se abordar como esse grupo vem administrando a sua situação financeira, após ter a licença, que concedia o espaço para a feira na Praça Mauá, retirada durante os Jogos Olímpicos que aconteceram no mês de agosto no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: mulheres, gastronomia, políticas sociais, Região Portuária.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense – PPGA/UFF, claraabdo@gmail.com

Introdução

Por meio da Lei Municipal Complementar nº 101/2009, o projeto “Porto Maravilha” foi lançado no Rio de Janeiro, trazendo como iniciativa central aquilo que vem a ser chamado de “revitalização”² da Região Portuária. Essa medida foi responsável por instituir a Operação Urbana Consorciada (OUC), cuja existência respaldou – a ainda respalda – a possibilidade de intervenções urbanas na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU)³, realizadas pelo poder público com apoio do setor privado. Diante de tal ação, a proposta também apresentava como um de seus objetivos a “melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região”⁴.

Partindo dos princípios e diretrizes que norteiam⁵ a execução do projeto, no que diz respeito a algumas das políticas sociais e econômicas implementadas, busco abordar como um grupo de moradoras da região, que trabalha com a culinária, vem se relacionando com as novas possibilidades de sustento criadas na área. Tendo em vista outras formas de comercialização da comida, como em feiras e festivais, a análise parte da experiência dessas mulheres nessas novas dinâmicas que estão diretamente ligadas às regras de um espaço urbano transformado.

O trabalho está dividido em quatro tópicos, sendo o primeiro uma breve contextualização, partindo de uma análise de perspectiva macro, sobre aspectos históricos e econômicos da Região Portuária. Posteriormente, faço uma apresentação de como o grupo de mulheres cria a Associação Gastronômica Sabores do Porto. Nesse momento inicial, apresento a formação dessa associação baseada em diversas iniciativas, as quais partem tanto de um interesse interno das mulheres envolvidas, quanto de um processo que faz parte da implementação, por parte do poder público, de algumas políticas na área.

No tópico seguinte, reflito sobre como os festivais e feiras, organizados em contextos de reurbanização, ressignificação dos espaços públicos e execução de políticas sociais, passam a ser considerados não apenas como novas formas de subsistência, mas de construção de laços entre as mulheres. É dentro desse cenário que há uma legitimação da presença de uma feira – que se divide entre gastronomia e artesanato – na Praça Mauá.

² O termo é usado entre aspas por apresentar alguns problemas semânticos ao se referir às intervenções urbanas na Zona Portuária, em decorrência da implementação do Projeto Porto Maravilha. Utilizado principalmente no discurso do poder público para expressar algo positivo, ele é questionado por alguns moradores com quem venho convivendo, que afirmam que se “revitaliza” algo que estava morto, quando a Região Portuária estava viva, apenas tinha sido esquecida.

³ A Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) é uma área de 5 milhões de metros quadrados onde as intervenções urbanas vêm acontecendo.

⁴ Lei Complementar que “Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências”. Acessado em 20 de Maio de 2016.

<<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/b39b005f9fdbe3d8032577220075c7d5?OpenDocument>>.

⁵ Os princípios e diretrizes aos quais faço menção foram retirados da Lei Municipal Complementar nº 101/2009 e estão relacionadas ao “atendimento econômico e social da população diretamente afetada pela Operação”; “estimular as atividades de geração de trabalho e renda existentes na região”.

No quarto e último tópico exponho uma análise de como algumas categorias das agentes estudadas se relacionam com a disputa de território. Esse ponto é crucial para se pensar como essas disputas estão conectadas às noções de pertencimento que elas têm sobre o local e sobre o que esse lugar passa a significar. Sendo assim, a abordagem é feita buscando entender como esses significados ressoam nas formas de uso do espaço público transformado.

Breve contextualização histórica da vida econômica na Região Portuária

Em abril de 2010, a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)⁶ é instalada no Morro da Providência⁷. Tal unidade, segundo dados retirados do site da UPP, é responsável por atender, além das comunidades deste morro, Vila Mimosa, São Diogo, Moreira Pinto, Conjunto Vila Portuária e Pedra Lisa⁸. A ação que previa sua instalação estava no Projeto Porto Maravilha como uma das etapas a serem cumpridas em fase inicial. Nesse período, com o apoio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SeasDH), moradores e comerciantes começam a ser convidados para se reunirem e debaterem sobre as mudanças que iriam acontecer na região.

Essas transformações, as quais vêm ocorrendo desde 2009, são direcionadas não apenas à “reintegração” da área à cidade⁹ e à “recuperação” de espaços que haviam se tornado vazios urbanos ou eram considerados como “regiões morais”¹⁰. Mas, à criação de novas alternativas econômicas, tomando a questão do turismo como atividade (cultural) de relevo, e sociais, que nesse artigo fazem referência a inserção do grupo de mulheres, em processos que envolvem a “melhoria da qualidade de vida” e a “preservação da identidade e características locais”.

Embora exista um conjunto de medidas “preventivas” previstas na estrutura do projeto, como é o caso de ações responsáveis por capacitar os comerciantes locais e que veremos mais a frente, é válido trazer

⁶ “Considerando que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro necessita de uma tropa especializada e tecnicamente preparada e adaptada para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes”. A justificativa está no Decreto Lei nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a criação da Unidade de Polícia Pacificadora. Não se pretende, porém, nesse artigo, debater sobre as questões concernentes à aplicabilidade da unidade enquanto “pacificadora”. Acessado em 12 de agosto de 2016 <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=NDMyOA==&ip=NA==&s=NDA0M2RhZGM4NmE5ZmQ3NmFmNTQ0MDY5OWM5MzZhOWM=>>.

⁷ O Morro da Providência tem uma população estimada de 4.889 habitantes. Acessado em 12 de agosto de 2016 <<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-providencia/Provid%C3%AAncia>>.

⁸ Informação retirada do site da UPP. Link disponível na nota de rodapé 7.

⁹ Uma das propostas dessa reurbanização foi a abertura de vias que ligam o Centro à Região Portuária. Algumas mudanças feitas nesse sentido, foram a inauguração do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e a substituição do Elevado da Perimetral pela criação de uma Via Expressa e de uma nova rota paralela, atual Via Binário do Porto. No entanto, é passível de questionamento a que tipo de reintegração o projeto se refere quando, durante esse processo, algumas linhas de ônibus foram substituídas, dificultando a mobilidade dos moradores. Essa questão foi registrada nas falas dos moradores e vivenciada por mim em uma situação em que precisei pegar um ônibus para a rodoviária, o atual Troncal 8. A demora ultrapassou 30 minutos.

¹⁰ A Praça Mauá, após construção do Elevado da Perimetral em 1960, tornou-se um local com pouco movimento de pedestres e maior circulação de carros. Isso foi transformando a área em um espaço demarcado pela presença de pessoas em situação de rua e pela prostituição. “As causas que fazem surgir o que aqui descrevemos como ‘regiões morais’ são devidas em parte às restrições que a vida urbana impõe; e em parte à permissibilidade que essas mesmas condições oferecem” (Park, 1916, p. 65).

alguns aspectos históricos e econômicos sobre a construção desse território, os quais refletem diretamente na sua configuração social. Escolhi tomar por base, nesse primeiro momento, um artigo escrito por Letícia de Carvalho Giannella (2013), em que a autora faz uma abordagem de perspectiva macro. Considero tal perspectiva essencial para entendermos algumas questões de ordem contextuais, ainda que para a continuidade desse estudo seja necessário se levar em consideração também o ponto de vista micro. Nesse caso, as histórias e experiências das mulheres estudadas serão suficientes para dar conta do que é proposto para esse trabalho.

A análise desenvolvida por Gianella (2013) refere-se à produção do espaço portuário, fundamentada na relação entre a morfologia urbana da região e os ciclos seculares de acumulação capitalista apontados por Giovanni Arrighi (1996). Não pretendo, porém, me alongar e busco trazer desse conteúdo, aspectos históricos que considero importantes para entendermos como o cenário da região foi sendo estabelecido. Isso nos auxiliará a entender as estratégias usadas pelos sujeitos impactados com as transformações atuais, ao terem que lidar com as disputas de território. Nesse sentido, é indispensável dizer que a cidade do Rio “nasce como porto” (Mello, 2003, p. 18). A questão econômica local começa a se desenvolver dessa forma, a partir de atividades marítimas, características pelo comércio de mercadorias e de escravos.

Ao falar do porto do Rio de Janeiro e do Estado mercantilista, Gianella (2013) coloca a implantação do “urbanismo barroco” como demarcador do início da separação urbana, em que a zona portuária era simbolicamente afastada de outras áreas da cidade. Isso acontecia porque, apesar de estar estrategicamente bem localizado, o porto ainda era associado aos “usos sujos”, ou seja, característicos por “funções indispensáveis ao funcionamento da cidade, que por serem marcadas por consumo de áreas ou poluição sonora ou visual, devem ficar próximas ao centro, mas não tanto a ponto de macular sua simbólica imagem” (Rabha, 1985). O século XVIII também é marcado pelo crescimento de taxa demográfica da cidade, em razão do porto ser o principal “controlador e exportador de ouro das minas gerais” (Abreu, 2014, p. 305) e do Rio de Janeiro, em 1763, tornar-se a capital da colônia.

O início da presença do Estado liberal na concepção do espaço portuário acontece em consonância ao processo característico pelas reformas urbanas que viriam a acontecer, após a transferência da Corte Portuguesa, em 1808, para o Brasil. “Nesse período, as atividades industriais como fundição, serralheiras, ferragens e artefatos de vidro, além das madeireiras e serrarias começam a caracterizar esse espaço como de suporte industrial às atividades portuárias e urbanas, atingindo uma dimensão mais que local, vista a crescente expansão urbana da cidade” (Mello, 2003, p. 25). Além disso, era possível notar uma preocupação com a distribuição espacial da população, a carência de mobilidade e, conseqüentemente, de uma reestruturação urbana da cidade, decorrente do acúmulo de riquezas originárias do cultivo do café (Abreu, 2014, p. 316).

De acordo com Villaça (2001, p. 180), as “necessidades e condições de deslocamento são então, dentre todas as forças, as que mais poderosamente atuam na produção do espaço urbano”. Para o autor, fatores como relações sociais de produção, estilo de vida e aspectos culturais ligados aos interesses das classes mais altas, são determinantes nas definições dessas necessidades. O entendimento de que a “melhoria das condições da região portuária” era importante estava associado também ao processo de apagamento da história da cultura africana presente no local. Em 1840, por exemplo, o Cais do Valongo é soterrado e, em seu lugar, o Cais da Imperatriz é construído para receber Tereza Cristina, que viria a se casar com Dom Pedro II e se tornaria imperatriz.

A influência da “forma eurocêntrica de pensar a cidade” (Diniz, 2012, p. 9), dentro de um processo de modernização urbana pelas quais cidades no mundo todo passavam, marca a reforma Pereira Passos, que viria a acontecer no Rio de Janeiro, no início do século XX. Giannella (2013) ainda a relaciona com o Estado liberal, “porque teria estado a cargo prioritariamente das estratégias do capital, ainda que fosse possibilitada pela intervenção estatal” (p. 4). Ainda que essa reforma esteja relacionada a ações que visavam amenizar os problemas no saneamento básico, a crise habitacional que se deflagrava com o contingente populacional (em parte por imigrantes que chegavam ao Brasil) e a melhoria das condições de mobilidade, conectando o porto a outras áreas do Centro¹¹, ela também é característica pelas remoções da população dessas localidades.

Segundo Junior e Anselmo, referidos por Diniz, um processo de “metamorfose” não apenas físico vinha acontecendo, mas que refletia nas essências “morais da urbe para edificar uma imagem que inspirasse a credibilidade dos investidores e imigrantes europeus” (Junior & Anselmo, 2011, apud, Diniz, 2012, p. 9). Em 1910 o porto do Rio de Janeiro é inaugurado oficialmente. Aliado a esse processo, outras marcas que associavam a região à presença dos africanos trazidos para o Brasil em condição de escravos eram mais fortemente apagadas, como foi o caso do aterramento por completo do Cais do Valongo (na época chamado de Cais da Imperatriz) nesse mesmo período.

Apesar do porto ter sido uma das áreas transformadas no início do século XX, e ter se desenvolvido como local de grandes negócios, de abastecimento e de importação e exportação, a partir dos anos 20 sua estrutura física começa a ser novamente alterada. Esse momento é relacionado ao Estado fordista, em que o modelo da morfologia urbana passa a se basear em Nova Iorque, com a presença de arranha-céus nas regiões centrais, o crescimento dos subúrbios¹² povoados pelas classes altas e o crescimento da indústria automobilística (Fernandes, 2008, apud Giannella, 2013). Nesse sentido, podemos observar como marcos

¹¹ “Complementando esta intervenção, foram construídas duas largas avenidas interligadas: a Rodrigues Alves, ao longo do cais, e a Francisco Bicalho, às margens do canal. Este desenho urbano, em processos distintos quanto à sua forma e processo resultou na imagem contrastante existente até hoje, delimitada claramente pela R. Sacadura Cabral, de um lado a cidade dos morros e dos lotes estreitos e do outro com o projeto cartesiano de loteamento e arruamento dos aterros. O financiamento das obras, através de empréstimos ingleses diretamente à União, transformou as áreas aterradas em propriedades públicas cedidas por concessão, para atividades privadas ou institucionais” (Mello, 2003, p. 45).

¹² Ainda nesse período, a Zona Sul e Norte, que começam a ser povoadas pelas classes mais altas, eram consideradas como “subúrbios”. Isso, na configuração do Rio de Janeiro, vai sendo transformado ao longo do tempo, em que os “subúrbios” passam a ser locais afastados das regiões centrais, povoados por classes mais baixas.

desse processo a construção do Edifício Joseph Gire, conhecido como “A noite”¹³, um arranha-céu que utilizava a tecnologia do concreto armado e, mais tarde, a construção do Elevado da Perimetral, arquitetado para otimizar o trânsito e conectar os principais entroncamentos rodoviários do Rio de Janeiro. A cidade começa a ser pensada não mais a partir da perspectiva do embelezamento, mas de maneira que pudesse atender, funcionalmente, à população.

O encadeamento de transformações urbanas que acontecem dos anos 20 até o final dos anos 90 acabou por promover, no entanto, um esvaziamento em diversos espaços da Zona Portuária, transformando-os naquilo que Park chama de “regiões morais”. Não apenas por seu histórico como região que foi sendo constituída como área industrial e, portanto, ocupada por operários no século XX ou pela transferência das atividades econômicas para o Caju, em razão da “modernização dos processos tecnológicos, de gestão, administrativos” (Mello, 2003, p 68). Mas, a região portuária nesse período também sofreu com o abandono pelo poder público na manutenção de sua infraestrutura urbana.

A atenção dedicada a essa área do Rio de Janeiro viria a mudar em 2009, com o lançamento do Projeto Porto Maravilha. Importante pontuar que esse projeto teve legitimidade, em parte, porque o Brasil, sendo o Rio a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016, receberia uma série de grandes eventos¹⁴ nos anos posteriores. Segundo a análise de Giannella, esse momento se configura na construção do espaço portuário a partir do Estado neoliberal, em que a cidade passa a ser tratada “como uma forma de empreendimento através de mecanismos de parcerias público-privadas” (2013, p. 6).

De fato, o procedimento que envolveu o lançamento da proposta de reurbanização veio alinhada à ideia de *city marketing* (Martínez, 2007), responsável por transformar a cidade em um “produto”. Esse aspecto vem associado à questão da gentrificação¹⁵, que é um termo usado para fazer referência a um processo de “enobrecimento” da região e, portanto, mudança da sua morfologia urbana. Ainda que essa “recuperação” potencial do centro da cidade tenha apresentado diversos pontos problemáticos¹⁶, dedico-me em pensar aqui como os desdobramentos dessas transformações vieram para reforçar a relação de alguns moradores com seu território, por meio da inserção de um grupo de mulheres em atividades econômicas na área.

Partindo disso, no próximo tópico apresento como se deu a criação da Associação Gastronômica Sabores do Porto. As etapas que levam até a fundação da associação são elencadas aqui, tentando recuperar uma ordem minimamente cronológica. As informações são baseadas em entrevistas estruturadas, em

¹³ Esse nome é referente ao vespertino jornal “A noite”, que ocupou o prédio por um tempo.

¹⁴ Em 2013 aconteceram a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações e em 2014 aconteceu a Copa do Mundo.

¹⁵ “O termo em inglês *gentrification* diz respeito ao processo pelo qual uma área que, antes habitada por pessoas pobres, é alterada pela população mais abastada que passa a viver ali, o que resulta em um aumento do valor imobiliário e na mudança da população original” (Zukin, 2000, p. 83)

¹⁶ Apesar do projeto prever “a preservação dos moradores locais”, muitos deles, por conta da valorização imobiliária e das obras tiveram que sair da região. Isso vem acontecendo com diversos estabelecimentos comerciais, como é o caso do Restaurante 28, ou Pastoria, que fechou as portas por conta da queda da clientela. Outro local que está sendo ameaçado de fechar é o “Bar do Candinho”, na Rua Pedro Ernesto, nº 43. O dono do estabelecimento aumentou o aluguel e, como a clientela também caiu por conta da inacabada obra do VLT, o locatário não pode mais pagar. Vale colocar que existiu, por parte dos moradores, uma mobilização chamada “Fica Candinho”, em que era reivindicada a permanência do bar no local.

conversas casuais que aconteceram durante o campo e em pesquisas feitas nos sites institucionais¹⁷. Essencial destacar, porém, que na fala das pessoas pesquisadas, impressões sobre a construção do grupo destoam em pequenos detalhes. Busco pontuá-los, sem perder de vista uma linha de sentido que possa ser entendida pelo leitor.

Associação Gastronômica Sabores do Porto

Interessados em compreender as implicações que a chamada “revitalização da Zona Portuária” teria para suas vidas e de suas famílias, um grupo de moradores e comerciantes da região começa a frequentar reuniões organizadas na UPP. A atual presidente da Associação conta que os convites a esses encontros eram feitos por meio da distribuição de panfletos nas ruas e nos estabelecimentos comerciais do local. Na época, existia a possibilidade de desapropriação de residências no Morro da Providência¹⁸. Ela fala que, além de debaterem esse tema, existia uma preocupação por parte do poder público em formalizar a situação dos comerciantes da área. É nesse momento que o Sebrae¹⁹, com o apoio da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (Cdurp)²⁰, começa a participar do processo através da oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação, como “atendimento ao cliente, técnicas de vendas, associativismo, sabor e gestão, elaboração de projetos para capacitação de recursos”²¹.

Em 2011, o grupo “Sabores do Porto”, intitulado primeiramente como “Movimento”, é então criado, ancorado ao Programa Porto Maravilha Cidadão. Tal programa, concebido pela Cdurp, é implementado com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico, visando “que a população se beneficie da requalificação para melhorar sua qualidade de vida sem sair da área”. É nesse contexto que o grupo começa a ser inserido em novas formas de subsistência por meio, principalmente, de feiras e festivais que passam a acontecer na Região Portuária. Apenas em outubro de 2014 que a formalização da Associação Gastronômica Sabores do Porto vem a acontecer.

É válido ressaltar, porém, que no entendimento de algumas das mulheres pesquisadas, o grupo foi sendo formado antes mesmo da consolidação da associação e da presença da Cdurp enquanto figura participativa do processo. Inclusive, em diversos momentos, quando a pergunta sobre a origem do grupo era

¹⁷ Embora nem todos tenham sido usados como referência, os sites institucionais usados como plataforma de pesquisa foram Porto Maravilha (<http://www.portomaravilha.com.br/>); Concessionária Porto Novo (<http://www.portonovosa.com/>) e Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.rio.rj.gov.br/>).

¹⁸ As remoções no Morro da Providência de fato aconteceram. A previsão era de que cerca de 800 casas fossem demolidas. Houve, por conta disso, extensa mobilização de várias frentes, o que fez com que o governo suspendesse uma parte delas.

¹⁹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

²⁰ A Cdurp é criada pela Lei Complementar nº 102/2009 para gerir as operações urbanas no Projeto Porto Maravilha, além de ser responsável por fomentar ações econômicas e sociais na Região Portuária. Acesso em 12 de junho de 2016 <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/e1cbbddd8d118e66032577220075c7dc?OpenDocument>>.

²¹ Informações retiradas da página do Sebrae. Acesso em 13 de junho de 2016. <<http://www.rj.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RJ/arte-com-sabor-da-regiao-portuaria,d7ecc864ea068410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>.

feita ou de quem tinha partido a iniciativa de formar a associação, as respostas faziam referência ao interesse e capacidade delas de mobilizarem tais esforços. Acredito que exista, para além da presença das instituições e órgãos públicos, a questão da agência²² enquanto característica fundamental. Isso é enfatizado pela presidente, que afirma: “nossa intenção era mesmo se aproximar e ter um espaço”. Ao falarem também, por exemplo, que muitas das reuniões aconteciam “até na laje”, é possível observar que de fato esse engajamento vem do interesse e desejo das envolvidas em dar continuidade às possibilidades que vinham sendo apresentadas.

Ainda que a formação da Associação, que hoje também conta com artesãos como sócios, seja constituída basicamente por moradores, alguns membros de outros bairros foram se integrando, como é o caso de uma moradora da Tijuca, que foi indicada por uma amiga que conhecia a vice-presidente da associação. O grupo atual conta com 30 “famílias”, representadas pelas mulheres em sua grande maioria. O termo “família” foi usado em uma conversa que tive com uma das cozinheiras, a qual²³ identificarei como cozinheira 1, em que ela falava que não poderia deixar de “brigar” pela presença delas no entorno, no período em que souberam que a licença do local, onde ficavam na Praça Mauá, havia sido retirada no mês de agosto, em que os Jogos Olímpicos aconteceriam.

(...) a maioria das pessoas que estão aqui, elas tiram seu sustento daqui, são 30 famílias trabalhando aqui. 30 mulheres. Então, eu digo assim, a maioria depende. Principalmente o pessoal da comida paga seus alugueis com o dinheiro (...) elas vivem disso aqui. Então, eu deixar elas sem trabalhar um mês, então assim, diante de uma situação difícil que a gente tem que brigar.

Apesar dos cursos de capacitação profissional terem contemplado também homens, o grupo que trabalha com a culinária, ao longo do tempo, foi sendo composto apenas por mulheres. A este respeito, vale colocar que houve, em algum momento, a proibição da presença de homens. Atualmente, há apenas um homem trabalhando com as mulheres da gastronomia. Ao serem perguntados sobre os porquês da restrição à figura masculina entre as pessoas da culinária, nem ele, nem as mulheres souberam (ou quiseram?) ao certo explicar as razões.

Festivais e Feiras Gastronômicos na Região Portuária

²² O conceito de agência desenvolvido por Ortner (2007) baseia-se na questão da intencionalidade e da relação de poder entre os agentes, os quais estão inseridos em um tipo de estrutura, tratadas aqui como contextos culturais. “Seja qual for a “agência” que pareçam “ter” como indivíduos, na verdade se trata de algo que é sempre negociado interativamente. Neste sentido, nunca são agentes livres, não apenas no sentido de que não têm liberdade para formular e atingir suas próprias metas em um vazio social, mas também no sentido de que não têm capacidade de controlar completamente essas relações para seus próprios fins. Como seres sociais – fato verdadeiro e inescapável –, só podem atuar dentro de muitas teias de relações que compõem seus mundos sociais” (Ortner, 2007, p. 74).

²³ Por questões de preservação da privacidade das mulheres, optei por não identificar algumas das falas.

Entre os dias 24 e 25 de novembro de 2012, o “I Festival de Gastronomia e Cultura Sabores do Porto” acontecia pela primeira vez na Região Portuária. O evento foi realizado em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, Concessionária Porto Novo, SeasDH, UPP Social, Firjan e SindRio, e consistiu em um circuito de bares e restaurantes de empreendedores dos Morros da Providência e do Pinto. Uma das propostas era levar moradores de outras áreas do Rio e turistas aos morros para experimentar “a gastronomia da região”. Na página do evento, um mapa era disponibilizado com os pontos onde os pratos seriam vendidos²⁴.

Em consonância ao festival, a SeasDH realizou um concurso para selecionar “os melhores pratos da região portuária”. Para participar, a receita²⁵ teria que ser inédita e um dos aspectos que seriam avaliados, além da criatividade e qualidade do prato, seria também o atendimento. Essa medida vinha com o objetivo de “estimular a criação de novas receitas e de contribuir para a melhoria no atendimento dos estabelecimentos participantes”²⁶.

A partir de conversas com as mulheres e uma investigação que se dedicou a entender as configurações desses novos eventos, para além das narrativas, é possível considerar esse festival como pioneiro de muitos outros que viriam a ser organizados na Região²⁷. A fala de uma delas destaca o impacto de tal acontecimento: “*nós, no primeiro, botamos 6.000 pessoas pra circular nos morros, no entorno, num lugar que tava assim, super apagado*”. É interessante pensar, diante desse contexto, sobre como o espaço transformado começa a ser ressignificado, a partir da presença da gastronomia classificada como “da região”. Seu papel, nesse caso, não está apenas vinculado à questão alimentar em si, mas ao aspecto “cultural”, como o próprio nome do festival já remete.

O “II Festival de Gastronomia e Cultura Sabores do Porto” aconteceu no ano seguinte, também nos dias 23 e 24 de novembro. Nesse evento, empreendedores da Gamboa e adjacências foram adicionados ao circuito. O “III Festival de Gastronomia e Cultura Sabores do Porto”, realizado em 2014, já apresentava um outro tipo de formato. Ele fora pensado não mais como circuito, mas organizado no Largo São Francisco da

²⁴ Mapa do circuito disponível na página 15 desse artigo.

²⁵ As receitas, disponíveis em um livro que foi produzido como resultado desse festival, contou com “Acarajé do Circuito da Herança Africana”, de Sonia Baiana; “Acarajete Love – Pequenas Porções de Amor”, de Dona Vera Baiana; “Jabá com Jerimum na Massa”, de Rosana Damasceno; “Bolinho de Bacalhau do Veto”, de Everton Santana; “Peixada à Brasileira”, de Ana Maria dos Santos; “Pizza do Marcelo”, de Marcelo Silva; “Risole de Pinto com Catupiry”, de Juciara Brasileiro; o “Yakisoba de Frutos do Mar”, de Rosane Pifani; “Camarão ao Alho e Óleo”, de Omar Monteiro; “Picadinho Pirata”, de Marco Aurélio Miranda; “Pastel da Aldeia”, de Marcelino Oliveira; “Bolinho de Bacalhau Surpresa”, de Lucia Souza; “Cocada Santificada”, Nidilene Santos; “Camarão ao Palmidor”, de Leoniza Amorim; “Nhoque à la Jura”, de Juraci Gomes; e “Costela do Bafo à Moda da Casa”, de Gregória Cardoso.

²⁶ Acessado em 14 de agosto de 2016 <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1343712>>.

²⁷ Atualmente, a Região Portuária recebe diversos eventos. Em 2015, o “Festival do Porto” é criado por produtores, também com apoio dos setores público-privado envolvidos no Projeto Porto Maravilha, e ganha uma dimensão maior. Para além da gastronomia, o evento começa a abarcar outros setores, como música e capacitação. A Associação Gastronômica Sabores do Porto participou do evento em 2015, que aconteceu ao longo do ano nos últimos sábados do mês, em diversos locais do território. Na página do evento, a Região Portuária já é referida como “um dos maiores polos gastronômicos do Rio de Janeiro”. Acessado em 12 de agosto de 2016 <<http://www.festivaldoporto.com.br/o-festival>>.

Prainha como feira, unindo empreendedores do “morro e do asfalto”²⁸. Segundo a cozinheira 3, que faz parte da associação desde 2014, “*esse lance de feiras, de eventos ao ar livre tem muito pouco tempo, tem cinco anos*”. Cabe refletir, nesse sentido, sobre a consolidação de um “novo” formato de comercialização da comida no território do Porto. Interessante pontuar, porém, que a relação da culinária na região portuária com a rua não é nova. Em conversa com Leandro, que é historiador e morador da região, ele faz referência ao livro de Marilene Rosa Nogueira, “Negro na Rua”, ao pontuar sobre esse fato.

Escravos ao ganho iam pra rua vender determinados produtos e a renda obtida era pra pagar alforria, os produtos que eram vendidos na rua eram produtos tipicamente de culinária africana que foram adaptados ao nosso cotidiano, o cuscuz, o manjar, o angu. O que é muito interessante é que a culinária sempre teve relação forte com o espaço público.

Assim, o que podemos classificar como “novo” está na vinculação da venda do alimento em “feiras” e “festivais”, em um local que passa a ter um fluxo de pessoas que vão à região para conhecer ou visitar. Tal processo começa a ser realizado de forma coletiva, sob a presença de regras que estão atreladas ao espaço público e não mais de forma “independente”, como acontecia anteriormente com algumas delas, que já vendiam seus alimentos em “barraquinhas” na rua. A maneira como essas mulheres vão ocupar o espaço público é que está em questão.

É diante disso que o processo de cozinhar começa a ser transformado. Para ficar na Praça Mauá, por exemplo, o grupo precisa seguir uma série de pré-requisitos que não dizem respeito apenas à disposição das barracas na praça ou ao processo de preenchimento de formulários solicitando a licença de uso do espaço. Mas, refere-se também ao manuseio do alimento e a como ele passa a ser feito, em alguns dos casos. A baiana de acarajé, por exemplo, não pode fritá-lo no local “porque não pode gordura”. Como se sabe, o acarajé é frito em óleo de dendê na hora do consumo. Ela, no entanto, teve que se readaptar: “*Pra mim foi um choque, porque eu nunca vi acarajé requentado, foi a primeira vez e eu trabalho já há quarenta anos, então, foi a primeira vez que eu não tive a opção de fritar (...) Pela venda que eu tenho, eu acho que abracei fritar em casa, que eu moro aqui perto, aí eu ligo, a menina frita e o moto táxi traz*”.

Outras regras que dizem respeito à produção do alimento, está na escolha daquilo que será levado para a Praça ou para os eventos que acontecem na rua. “*Aqui a gente tem a vigilância sanitária, tem que passar pela inspeção deles, assistir as palestras deles. Porque aqui a gente faz o curso do alimento seguro na rua, então, como manusear o alimento. Quanto menos manusear o alimento aqui melhor (...). A gente já traz pré-congelado ou bem quente e mantém a temperatura*”. As mulheres também precisam estar equipadas com outros tipos de panelas. Na feira, elas precisam usar o *rechaud*, um tipo de panela de aço inoxidável que aquece o alimento ou o mantém aquecido.

²⁸ Acessado em 12 de agosto de 2016 <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RJ/terceira-edicao-do-festival-gastronomico-e-cultural-sabores-do-porto,8301b8551c43a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>.

O procedimento costuma acontecer, pelo menos na Feira da Praça Mauá que acompanho, da seguinte maneira: as mulheres chegam ao local por volta das 8h00 ou 9h00 da manhã. Todas elas acordam cedo para preparar ou finalizar a preparação dos alimentos. Elas sempre levam pessoas para ajudar, pois são elas quem montam e desmontam as barracas; também são elas as responsáveis por manter contato com o fornecedor de tais barracas. Estas, por sua vez, devem estar em cima de uma espécie de “lona”, que simula uma grama artificial. A superfície da mesa também precisa estar coberta – normalmente as toalhas são padronizadas por grupo (culinária e artesanato) – e, após isso, a arrumação das panelas e pratos começa. Algumas levam carrinhos de supermercado para auxiliar. Elas tiram uma estrutura metálica onde colocam o álcool e ascendem o fogo; a posicionam embaixo do *rechaud*. Transferem o alimento de outras panelas para aquelas que funcionam para “apresentar” a comida. O *cooler* precisa ter tampa e o gelo não pode ficar na grama; nem o gelo, nem banquinhos que elas levam para os clientes sentarem.



Figura 1: Arroz do Norte com camarão feito por uma das mulheres, que é de Belém²⁹.

A constituição do “grupo”, do caráter coletivo, vem também para firmar a construção de laços entre as mulheres. A atual presidente e a vice-presidente, por exemplo, acompanharam todas as etapas até a consolidação da associação. Elas se conheceram nesse processo e, desde então, dividem a barraca na feira da Praça Mauá. Outra questão observada na presença das mulheres nos espaços públicos da região, refere-se à construção do espaço como lugar de convivência. Ao ser perguntada sobre a importância da feira, a cozinheira 2, que já trabalhava na rua, na Praça da Harmonia e Largo da Prainha, coloca: *“A gente começa a ver os vizinhos que a gente não vê, tem gente que não costumo ver que eu vejo aqui, comunicação com outras pessoas, conhecer pessoas de outros lugares”*.

Os “eventos”, característicos em sua maioria por “feiras” ou “festivais”, também passam a ser considerados como novas formas de subsistência para essas mulheres, que passam a contar com a renda feita com a venda dos alimentos. Esse entendimento está totalmente vinculado à compreensão que elas têm sobre a relação desse espaço com a presença delas nele. No próximo tópico, busco explorar tal relação ao identificar na fala delas uma retomada da “condição de penteça” (Gomes, 2006).

²⁹ A influência da culinária nordestina e nortista é muito forte. Inclusive, porque algumas das mulheres que trabalham com a culinária e fazem parte da associação são dessas regiões, como é o caso de Dona Vera, que é da Bahia, Luziete, que é do Ceará, e Leia, que é do Pará.

“Isso aqui é cultura. Isso aqui é o que é o Brasil, não é *foodtruck*³⁰”

Desta forma, cozinhar envolve um volume complexo de circunstâncias e de dados objetivos, onde se confrontam necessidades e liberdades, uma confusa mistura que muda constantemente e através da qual se inventam as táticas, se projetam trajetórias, se individualizam maneiras de fazer. Cada cozinheira tem seu repertório, suas grandes árias de ópera para as circunstâncias extraordinárias e suas canções simples para o público familiar, seus preconceitos e seus limites, suas preferências e suas rotinas, seus sonhos e suas fobias (GIARD, 1996, p. 271)

Como vimos anteriormente, as mulheres, para ocuparem os espaços públicos da Região Portuária, tiveram que adaptar sua “maneira de fazer tradicional”, criando estratégias e táticas que estão ligadas não tanto a questão do alimento em si, mas a um aspecto característico pelas dinâmicas do urbano. Ainda segundo Giard (1996, p. 242), “em cada cozinha regional, se houve invenção de um ‘modo de fazer’ particular, cujo significado ou suas razões foram depois esquecidos, isso via de regra foi para responder a uma necessidade ou a uma lei do local”.

Quando a Praça Mauá foi inaugurada, em setembro de 2015, a Associação Gastronômica Sabores do Porto, que antes participava de feiras na Praça da Harmonia ou no Largo da Prainha, é convidada pelo prefeito Eduardo Paes a ocupar a praça reurbanizada. A partir disso, o grupo passa a organizar uma feira, de culinária e artesanato, próximo ao terminal onde desembarcam os turistas que chegam em cruzeiros. Começa, então, a acontecer nas sextas-feiras e finais de semana, das 10h00 até 18h00, se estendendo “caso o movimento ainda esteja bom”.

Cria-se, nesse sentido, uma relação de conexão entre essas mulheres, os alimentos que produzem e a feira com o espaço da Praça Mauá. Além disso, uma identificação, por parte de pessoas que trabalham no entorno e dos próprios moradores que veem na feira um local de lazer³¹, também começa a ser construída. “A maior importância da Praça Mauá é pros moradores, né!? As pessoas que aqui residem e pras pessoas que trabalham aqui. Porque nela tem uma possibilidade de um trabalho melhor, de ganhos melhores, de mudança de vida e de acolhimento mesmo do próprio morador da região portuária” (fala da cozinheira 3, ao ser perguntada sobre o que a Praça Mauá passava a representar nesse contexto).

Em meados de junho de 2015, porém, as mulheres começam a comentar em nossas conversas, sobre a possibilidade de saírem da Praça, no período das Olimpíadas. Esse momento torna-se um ocasionador de tensões e de um processo que vai trazer para as suas narrativas, a ênfase da relação da comida com a cultura, como é o caso da fala que dá o título desse tópico: “Isso aqui é cultura. Isso aqui é o que é o Brasil, não é

³⁰ O *foodtruck* é um modelo de venda de alimentos que consiste na presença de um “carro”, normalmente customizado com a marca do vendedor. Está dentro de uma ideia “gourmet” de vender o alimento.

³¹ Uma das mulheres fala que o preço que elas oferecem é acessível às famílias do entorno que vão à Praça passear: “Um cachorro quente é 7 reais, às vezes vem com criança e aqui consegue alimentar. Se for comer fora, não vai gastar menos de 25 por pessoa”.

foodtruck”. Ainda, é o momento em que elas passam a dar conta – talvez no âmbito prático – de que para permanecer na Praça Mauá, há uma disputa de território implícita.

Tive a oportunidade de acompanhar alguns acontecimentos durante minha pesquisa de campo e destaco dois deles: o primeiro aconteceu no dia 21 de julho, em que as mulheres vão até a UPP do Morro da Providência, para abordar a situação que vinham vivendo. Nesse dia, a presença do secretário municipal de esportes, Marcos Braz, era confirmada, e elas viam nisso uma oportunidade de buscar soluções à retirada delas da Praça Mauá. Nesse dia, também aconteceu o encontro mensal com a Cdurp, em que na sede da Companhia é oferecido um café da manhã para os moradores e é aberto um debate, onde as pessoas relatam questões e pedem solução aos problemas que acontecem nos bairros do entorno. Só conseguimos chegar na UPP por volta das 11h35, pois a presidente da associação, em meio ao café da manhã, foi convocada para uma conversa com alguns representantes da Cdurp.

A associação estava quase que em peso nessa reunião. Quando chegamos, o secretário não estava mais presente, que era representado por Rita Paes. Ao falarem da situação pela qual vinham sendo ameaçadas de passar, lembraram o convite que o prefeito Eduardo Paes havia feito, quando a Praça Mauá tinha sido inaugurada. Ressaltaram a ideia de legado: *“Toda olimpíada tem um legado. Um legado que fica pra quem? Pro povo, entendeu? Então, esse povo tem que realmente receber algum benefício”*.

Então, esquecem que nós somos moradoras da Região Portuária e nós deveríamos estar incluídas. Eu vejo muitas lojinhas de souvenirs, todas trazidas por pessoas que têm dinheiro, foodtruck. Então, por que nós que somos moradores e que passamos por todos os transtornos de todos os tipos, porque cada um de vocês que mora no morro sabe o que passamos dentro de uma comunidade, então, na hora de colher os frutos, nós estamos de fora [Fala da cozinheira 3]

Elas também colocam que sabem da existência de uma licitação, concedendo o espaço da Orla Conde e da Praça Mauá durante os jogos olímpicos a uma empresa especializada em organizar eventos. No entanto, ressaltam a importância de terem um lugar que seja próximo para que continuem exercendo seus trabalhos. *“A gente quer mostrar o nosso trabalho é o ano inteiro. Nas olimpíadas, de alguma forma a gente quer estar nesse cenário, fazendo parte dele, porque a gente tá nele o ano inteiro, a gente tá nele há muito tempo. A gente sabe da agenda da Porto Maravilha que prevê o desenvolvimento dessa comunidade, dessa população”*.

Diante de tal mobilização, o espaço disponibilizado para a associação, em agosto, foi o Largo São Francisco da Prainha. No entanto, como não havia nenhum tipo de indicação da presença da feira nesse local, o movimento acabou sendo muito fraco. Nos primeiros dias, muitas delas tiveram que jogar comida fora, porque não conseguiram vender a quantidade que costumavam vender na Praça Mauá. Outra mudança, nesse processo, foi a quantidade de dias que elas passaram a trabalhar. Ainda que fosse uma escolha, a maior

parte das mulheres optaram por estar todos os dias no Largo, tendo que se readaptar novamente ao contexto que lhes foi colocado. Algumas deixaram de comercializar “comida”³² e passaram a fazer “salgadinhos” ou “pizzas”, como alternativas mais prática.

Partindo disso, em 15 de agosto, o segundo acontecimento é deflagrado. No dia anterior, uma postagem “de desabafo” no *Facebook* gera a convocação de uma reunião na Cdurp. O ponto crucial foi o relato, por parte das mulheres, de como haviam se sentido “abandonadas” no Largo da Prainha e sobre o fato de não terem “nenhum recurso e nenhum atrativo”. No primeiro dia em que a feira acontecia no Largo, elas convidaram um *Dj* da região para colocar música no espaço. Contudo, representantes da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP), apareceram no dia, solicitando a retirada do equipamento em razão da licença delas não constarem a “presença do som”.

Criticaram também a presença de uma outra feira, vinculada à Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro³³, estar presente em parte do “*Boulevard Olímpico*”³⁴. O superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social de Cdurp falou não saber da existência dessa feira. Ele, no entanto, ressaltou alguns pontos para o grupo: explicou que o crescimento populacional da região estava alto e que eles estavam “vivendo de adaptação”; “A nova Copacabana do Rio vai ser aqui”. Falou de problemas com custo e pediu a compreensão da associação: “Quando isso passar, quem vai acolher os novos visitantes irão ser as feirantes”.

Após a reunião, algumas das mulheres colocaram que sentiram falta desse diálogo, antes da realização das olimpíadas. Ainda que a presença do som tenha sido liberada, posteriormente, o movimento permaneceu enfraquecido, se comparado aquele que elas tinham na Praça Mauá. Durante as Paralímpidas a feira é realocada, então, para uma parte do “*Boulevard Olímpico*”.

Diante desses acontecimentos, é possível observar que a disputa de território vem atrelada à condição de pertença (Gomes, 2006) dessas mulheres com a região. Não apenas porque são moradoras, mas porque, por muito tempo, se sentiram preteridas. Elas entendem que precisam, após “viverem anos no esquecimento”, se fazer presentes nesse espaço reafirmado em cima de suas identidades e suas histórias. A questão da comida, nesse processo, vem com a compreensão de que elas são as pessoas que de fato representam o Brasil. “*O papel da culinária (na feira) é mostrar nossos produtos regionais e tem muito foodtruck por aí (...). Hambúrguer é coisa de americano, né? E o Brasil tem uma riqueza em gastronomia (...) a gastronomia pode se fortalecer ainda mais porque tem muito pra ser mostrado*”.

³² Essa categoria está associada aos pratos que elas costumam fazer no dia-a-dia da feira e associam-na à ideia de “refeição” e “pratos”.

³³ “A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Cáritas/RJ) é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e está inserida nos trabalhos da Arquidiocese do Rio de Janeiro”. Acessado em 20 de agosto de 2016. <<https://caritasrj.wordpress.com/quem-somos-nos/>>

³⁴ O *Boulevard Olímpico* foi um “live site” organizado na Zona Portuária e no Parque Madureira para receber diversos eventos durante as olimpíadas. Na Região Portuária, o evento aconteceu no trecho da orla entre a Gamboa e a Praça XV.

Outro aspecto destacado é o fato ser uma “comida caseira”, contrapondo a presença de *foodtrucks* como seus concorrentes diretos.

Eu acho que as pessoas estão querendo apreciar coisas novas, a gente não para num prato só. A gente acorda 5h00 da manhã, a gente traz uma comida fresquinha, feita pela nossa mão mesmo, quer dizer, é como se você tivesse sentado em casa, comendo a comida que sua mãe fez. Então é assim, você sabe que a comida não foi manuseada industrialmente, foi feita ali mesmo, socando o alho, entendeu? Picando a cebola mesmo, refogando mesmo, até porque a gente não faz mundo de comida. Então, assim, só o trabalho de você ter que refogar uma comida, já dá o sabor de casa.

Considerações finais

O presente artigo buscou mostrar como as mulheres, que trabalham com a culinária, vêm se readaptando aos novos processos e dinâmicas do espaço urbano transformado. É possível notar que a identidade delas enquanto moradoras da região se reafirma, por meio da comida, no processo de disputa de território. Como vimos, a disputa nesse caso é física e simbólica, pois a presença delas é entendida como a presença de elementos que representam o Brasil, a cultura tradicional brasileira e a cultura local.

Por um lado, vemos no discurso público uma preocupação em garantir que moradores “melhorem sua qualidade de vida sem sair da região”, preservando a história e a memória locais. Por outro, vemos um movimento de padronizações que ameaça a perda de uma certa naturalidade dos processos, como é o de cozinhar. É importante colocar que esse estudo não se esgota, tendo em vista os constantes contextos de readaptação em que essas mulheres são inseridas e, ainda, as futuras mudanças que virão a acontecer na Região Portuária.

Mapa do circuito



Figura 2: Mapa do circuito do "I Festival de Gastronomia e Cultura Sabores do Porto"³⁵.

³⁵ Acessado em 23 de julho de 2016. <<http://portomaravilha.com.br/uploads/arquivo/teste55c91c3f48723.pdf>>

Referências bibliográficas

Abreu, M. **“A cidade, a montanha e a floresta”** In: Escritos sobre espaço e história. Org.: Fania Fridman e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

Diniz, M. **De Pereira Passos ao Projeto Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro.** Trabalho apresentado no XII Congresso de Geocríticas 2012 no município de Bogotá na Colômbia, 2012. Consultado em 02 Outubro 2016. URL:<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-N-Diniz.pdf>

Giannella, L. de C. **A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha.** *Espaço e Economia* [Online], 3 | 2013, posto online no dia 19 Dezembro 2013, consultado o 02 Outubro 2016. URL : <http://espacoeconomia.revues.org/445> ; DOI : 10.4000/espacoeconomia.445

Giard, L. **Cozinhar.** In: A invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar. Org.: Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

Gomes, L. G. **“La Maison des Métallos: representações e estratégias de preservação do patrimônio no leste parisiense”.** In: FRÚGOLI Jr., H.; ANDRADE, L. T. de; PEIXOTO, F. A. (orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações.* Belo Horizonte: Ed. PUC Minas/Edusp, 2006. p. 128-149.

Martínez, S. I. F. **“Sistema de gestión comunicacional para la construcción de una marca ciudad o marca país”.** *Signo y Pensamiento*, n.51, vol. XXVI, Bogotá, jul- dez 2007.

Mello, F. F. de. **“A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas”.** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

Ortner, S. **“Uma Atualização da Teoria da Prática” e “Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência”.** Grossi, Miriam Pillar *et alii* (Orgs.). *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas.* Blumenau, Nova Letra, 2007.

Park, R. E. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano.** In: *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro: 1967.

Rabha, N. M. de C. E. **Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro.** *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.35-43, dezembro/1985.

Villaça, F. **“Espaço intra-urbano no Brasil”.** São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute: 2001.

Zukin, S. **“Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Paisagens do Século XXI: Notas Sobre a Mudança Social e o Espaço Urbano** in: o Espaço da Diferença, Antônio Augusto Arantes. (org.) São Paulo: Papirus, 2000.